


## ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS n°. 005/2021

AC N° 005/2021: SEMAS-PA / AGENDA PÚBLICA  
PROCESSO PAE N°. 842569/2021

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE  
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO  
PARÁ – SEMAS E AGÊNCIA DE ANÁLISE E  
COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS -  
AGENDA PÚBLICA, PARA REALIZAÇÃO DA  
INICIATIVA ODSLAB BIOECONOMIA E  
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA,  
INSERIDA NO ÂMBITO DO PROJETO DE  
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA ODS.**

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada **SEMAS**, com sede na Travessa Lomas Valentinas, n°. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n°. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF n°. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA, e a **AGÊNCIA DE ANÁLISE E COOPERAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**, associação civil sem finalidade lucrativa, doravante denominada **AGENDA PÚBLICA**, com sede à Rua Paes Leme, 215 – Conjuntos, 1501 e 1502, na cidade de Pinheiros/SP, neste ato representado por seu Diretor Executivo, **SERGIO RODRIGO ANDRADE**, brasileiro, solteiro Cientista Político, portador da Cédula de Identidade n° 54.247.459-1, emitida pela SSP/SP e do CPF/MF n° 009.175.556-51, residente e domiciliado na Rua Lavradio, 147, apto. 11, Barra Funda, São Paulo/SP(endereço). Ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à [Lei Federal n°. 8.666/1993](#) (art. 116), à [Lei Federal n°. 13.019/2014](#) e alteração pela [Lei Federal n°. 13.204/2015](#), bem como ao [Decreto Estadual n°. 1.835/2017](#), que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, além da [Portaria SEMAS n°. 784/2020](#), que padroniza o procedimento de atendimento para propostas de Acordo de Cooperação, no âmbito da SEMAS.



**RESOLVEM**, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Este **ACORDO** tem por objeto a realização de um processo de laboratório (ODSlab) para construção de um plano de ação, ações de impacto rápido e modelo de governança que corrobore os esforços do Governo do Estado do Pará na implantação e regularização do Turismo de Base Comunitária na região das Ilhas de Belém, baseado na conservação e na valorização de ativos ambientais, na ampliação do potencial econômico e valorização da cultura tradicional, bem como na melhoria das condições sociais locais.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

**2.1.** Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

**3.1.** Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

**3.1.1.** Elaborar plano de ação com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e constituirão parte integrante desde **ACORDO**;

**3.1.2.** Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

**3.1.3.** Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expreso entre as **PARTES**;

**3.1.4.** Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

**3.1.5.** Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente,





por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

**3.1.6.** Disponibilizar equipe de funcionários, servidores ou colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;

**3.1.7.** Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;

**3.1.8.** Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de propositos ou indicados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS**

**4.1.** Compete à **SEMAS/PA**:

**4.1.1.** Estabelecer um coordenador do projeto no quadro da **SEMAS** que garanta, como ponto focal da Cooperação, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado;

**4.1.2.** Disponibilizar à Agenda Pública todas as informações relativas ao território definido e que importem no âmbito do **ACORDO**;

**4.1.3.** Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas a Políticas, Planos, Programas, Projetos e Ações do Governo Estadual relacionados às pastas ambiental, econômica e social;

**4.1.4.** Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados e informações sobre os recursos públicos e privados já existentes, incluídos os comprometidos e ainda não executados, utilizados para atividades administrativas, de gestão, fiscalização e monitoramento;

**4.1.5.** Avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos;

**4.1.6.** Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos estipulados por esta Cooperação.

**4.2.** Compete a **AGENDA PÚBLICA**:

**4.2.1** Organizar e apresentar análise crítica das informações e dados fornecidos pela **SEMAS**, quando requisitada;



- 4.2.2. Estruturar diagnóstico sobre as informações apresentadas com objetivo de preparar imersão para elaboração de soluções e plano de ação;
- 4.2.3. Executar laboratório de soluções;
- 4.2.4. Elaborar documento com resultados do laboratório/agenda estratégica;
- 4.2.5. Disseminar resultados pós laboratório;
- 4.2.6. Apresentar recomendações quanto à possibilidade de criação de novas ferramentas com vistas à implementação e à atualização de políticas públicas, especialmente a **Política Estadual de Meio Ambiente** ([Lei Estadual nº. 5.887/1995](#));
- 4.2.7. Apoiar, dentro de suas possibilidades, o intercâmbio de experiências de agentes públicos da **SEMAS**, ou por ela indicados, a partir do acúmulo técnico e da vivência do quadro de pesquisadores e colaboradores da **AGENDA PÚBLICA**, quando possível, sem que nisso incorram obrigações de caráter orçamentário-financeiro;
- 4.2.8. Resguardar quaisquer informações repassadas à **AGENDA PÚBLICA**, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS**

- 5.1. O presente **ACORDO de Cooperação NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;
- 5.2. Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO de Cooperação**, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos previstos no Projeto;
- 5.3. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO de Cooperação** para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

1  




**5.4.** Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1.** O presente Acordo vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014 e o artigo 32 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017, podendo ser prorrogado e renovado por período legal, desde que haja manifestação das PARTES.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** As **PARTES** designarão e a **SEMAS** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e aos moldes do estabelecido nos artigos 50 e 51 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO**

**8.1.** A SEMAS promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA**

**9.1.** As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

**9.2.** O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

**9.3.** Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo motivo de força maior (Lei 10406/02) ou decisão contrária acordada entre as **PARTES**.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE**

**10.1.** É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito pela outra **PARTE**;

**10.2.** Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

**10.3.** As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na Legislação;

**10.4.** Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

**10.5.** Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

**10.6.** Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

**10.7.** Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS**

**11.1.** Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas,





estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

**11.2.** As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

**11.3.** Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

**11.4.** Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem reconhecer na publicação a sua participação;

**11.5.** A Agenda Pública fica autorizada a divulgar os produtos do ODSlab, incluindo diagnóstico e plano de ação, os quais figuram como contrapartidas compulsórias para o financiamento das atividades do ODSlab pela União Europeia.

**11.6.** Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS** e **AGENDA PÚBLICA**;

**11.7.** Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

**11.8.** As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

**11.9.** Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO**

**12.1.** A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional [Princípio da Publicidade](#) dos Atos Administrativos, da [Lei de](#)



[Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), artigos 52 e 55;

**12.2** A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da SEMAS, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES**

**13.1.** As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL**

**14.1.** Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente [Medida Provisória nº. 2.186-16/2001](#), a [Resolução CGEN-MMA nº. 34/2009](#), [Resolução INPI nº. 207/2009](#) e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL**

**15.1.** As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

**15.2.** Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**16.1.** Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

**16.2.** Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;





**16.3.** Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

**16.4.** Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**17.1.** Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam preliminarmente em solucioná-las administrativamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO**

**18.1.** Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

**19.2.** As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

**19.3.** É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**20.1.** Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

**20.2.** Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avançadas;



**20.3.** Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior;

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1.** As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) e não hajam sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente **ACORDO**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Belém , 10 de setembro de 2021.



JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA



SÉRGIO RODRIGO ANDRADE

Diretor Executivo da Agência de Análise e  
Cooperação Em Políticas Públicas -  
AGENDA PÚBLICA

Testemunhas:



Nome Cristiano M. Becarini

CPF 288.298.308-52

Nome

CPF



**PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

**1) DADOS GERAIS:**

<b>Órgão/Entidade Proponente 1:</b> Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas - AGENDA PÚBLICA			<b>CNPJ n.º:</b> 10.736.616/0001-89
<b>Endereço:</b> Rua Paes Leme, 215 – Conjuntos 1501 e 1502/SP, Pinheiros			
<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 05424-150	<b>(DDD) Telefone:</b> 11 34872526/11 34960602
<b>Nome do Responsável:</b> SERGIO RODRIGO ANDRADE			<b>Cargo:</b> Diretor Executivo
<b>Órgão/Entidade Concedente:</b> Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS			<b>CNPJ:</b> 34.921.783/0001-68
<b>Endereço:</b> Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco.			
<b>Cidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66.093-677	<b>(DDD) Telefone:</b> (91) 3184-3398
<b>Nome do Responsável:</b> JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA			<b>Cargo:</b> Secretário de Estado



**2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:**

<b>ACORDO DE COOPERAÇÃO</b> que entre si celebram a <b>SEMAS/PA</b> e o <b>AGENDA PÚBLICA</b> , visando a convergir esforços para implementação e regularização do Turismo de Base Comunitária nas Ilhas de Belém, com vistas à redução da desigualdade social e valorização da cultura tradicional.	Período de Execução:	
	(mês) de 2021	(mês) de 2022
<b>Identificação do objeto:</b> Este <b>ACORDO</b> tem por objeto a realização de um processo de laboratório (ODSlab) para construção de um plano de ação, ações de impacto rápido e modelo de governança que corrobore os esforços do Governo do Estado do Pará na implantação e regularização do Turismo de Base Comunitária na região das Ilhas de Belém, baseado na conservação e na valorização de ativos ambientais, na ampliação do potencial econômico e valorização da cultura tradicional, bem como na melhoria das condições sociais locais.		





### 3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Agenda Pública é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, que trabalha para aperfeiçoar a gestão pública e a governança democrática, com foco no desenvolvimento de capacidades institucionais, em modelos de cooperação e na formação de equipes para resolver problemas públicos.

Comprometida com a construção, disseminação e concretização das agendas ligadas ao desenvolvimento sustentável no Brasil, a Agenda Pública foi uma organização altamente relevante no processo de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), precursores dos ODS, tendo acumulado um repertório sólido de experiências voltadas a aperfeiçoar políticas públicas municipais em busca de metas ambiciosas.

O ODSlab é uma iniciativa inovadora para concretizar a cooperação intersetorial e facilitar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Criado pela Agenda Pública em parceria com a Estratégia ODS, esse laboratório se dedica à resolução de problemas públicos complexos. A partir de situações reais, o ODSlab propicia a constituição de arranjos multiatores, criando um espaço em que lideranças e representantes dos diferentes setores da sociedade cooperam e trabalham conjuntamente na produção de soluções, alternativas e parcerias para superar os grandes desafios que caracterizam a implementação da Agenda 2030 no Brasil e no mundo.

Nesse contexto, a elaboração do ODSlab é um passo para promover a cooperação em conjunto com a SEMAS/PA, a fim de encontrar as melhores alternativas para a implementação da agenda de desenvolvimento sustentável através da construção conjunta de planos de ação e de modelos de governança multiatores no território paraense.



#### 4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

- Elaboração de diagnóstico situacional sobre o Turismo de Base Comunitária com foco nas **Ilhas de Belém**;
- Execução do laboratório de soluções (imersão) sobre o desenvolvimento do turismo nesse território;
- Apoio técnico na elaboração das Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária na Região das Ilhas de Belém;
- Elaboração de documento com resultados do laboratório/agenda estratégica;
- Acompanhamento de ações pós-laboratório e disseminação de resultados.

*CM*



**5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES**

<b>EIXO 1: GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Descrição sucinta da Ação</b>	<b>Produto/Resultado Esperado</b>	<b>Responsável/Ponto Focal</b>	<b>Cronograma<sup>1</sup></b>
Elaboração de Diagnóstico Situacional sobre o Turismo de Base Comunitária	Elaboração diagnóstico abordando aspectos relacionados aos desafios para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região das Ilhas de Belém	Mapeamento preliminar de atores envolvidos no tema (cidadãos, gestores, especialistas), entrevistas, revisão bibliográfica	Relatório	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 1
		Mapeamento de dados secundários e entrevistas com atores-chave relacionados ao problema (amostral)		Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 2
		Envio prévio de diagnóstico para a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade		Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 3
	Imersão do laboratório	Seleção de participantes (atores-chave) para os dias do laboratório	Relatórios Pós-Reuniões.	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 3

<p>Apoio técnico na elaboração das Diretrizes para o Turismo de Base Comunitária na Região das Ilhas de Belém</p>	Contribuições para um desenvolvimento na socioeconômico local e preservação do patrimônio, além de	Realização de 04 encontros do laboratório (ODSLab), com a participação de atores-chave e facilitação de diálogos e processos pela Agenda Pública, para o planejamento e execução de atividades turísticas, visando um sistema justo, equilibrado e sustentável.	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 4
	Elaboração de documento com resultados do laboratório/agenda estratégica	Plano de Ação elaborado, ações de impacto rápido e modelo de governança e definição de equipes de implementação	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 4
	Fornecimento de subsídios para a elaboração de estratégias para a implementação de PRA nos municípios dos territórios sustentáveis	Apresentação das análises e discussão do ODSLab à SEMAS destacando estratégias construídas para o desenvolvimento do turismo de base comunitária com valorização dos ativos ambientais.	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 5
	Acompanhamento de ações pós-laboratório e disseminação de resultados	Acompanhamento das ações de impacto rápido com grupo participante do ODSLab	Mariana Calêncio - Agenda Pública	mês 6

*(Assinatura)*